



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PARECER

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 514/2024

PROPONENTE: MAYRA DIAS

RELATOR: DEPUTADO ADJUTO AFONSO

Altera, na forma que especifica, a Lei nº 6.458 de 22 de setembro de 2023, que “CONSOLIDA a legislação relativa à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA e dá outras providências” (módulos educacionais sobre procedimentos de segurança para atendimentos emergenciais envolvendo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)).

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 514 de 2024, foi apresentado pelo Excelentíssima Deputada Mayra Dias no dia 06 de agosto de 2024 a esta Augusta Casa legislativa proposição que “*altera, na forma que especifica, a Lei nº 6.458 de 22 de setembro de 2023, que “CONSOLIDA a legislação relativa à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA e dá outras providências” (módulos educacionais sobre procedimentos de segurança para atendimentos emergenciais envolvendo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)).*”.

Observa-se que a matéria fora incluída na pauta de reuniões ordinárias nos dias 14, 15 e 20 de agosto de 2024, não tendo recebido emendas. Ainda, fora distribuída às seguintes comissões permanentes: 1 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação; 2 -





COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Comissão de Assuntos Econômicos; 3 - Comissão de Educação – COED; e 4 – Comissão de Saúde e Previdência.

Chega na CAE em 12/12/2024, oportunidade em que avoco a relatoria para análise e emissão de parecer, nos termos regimentais.

É o simples relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de proposição que visa alterar a Lei nº 6.458, de 22 de setembro de 2023, que consolida a legislação relativa à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA e dá outras providências” (módulos educacionais sobre procedimentos de segurança para atendimentos emergenciais envolvendo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), acrescentando os artigos 33-A, 33-B, 33-C, 33-E, 33-F ao Capítulo III, Seção II.

Portanto, no tange a abrangência da CAE, no bojo do art. 27, II, “a”¹ da resolução legislativa 469/2010, cabe a mim analisar a compatibilidade e adequação da proposição em comparação ao plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Nesse contexto, a proposição não conflita com as normas de caráter orçamentário e demais disposições legais em vigor. Não vislumbro outra questão sobre o qual opinar.

III – CONCLUSÃO

De todo o exposto, estando os requisitos formais e materiais exigidos para o caso em epígrafe em consonância com as normas constitucionais no que diz respeito à temática destas comissões. Leva-me a impulsionar a **MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL** ao **Projeto de Lei nº 492/2024**.

É o parecer.

S.R. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS. Manaus, em 10 de fevereiro de 2025.

¹ Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: [...] análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;





COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ADJUTO AFONSO
RELATOR

DEPUTADO ESTADUAL
ADJUTO
Afonso

